



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.188-A, DE 2025

(Do Sr. José Airton Félix Cirilo)

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de produtos educacionais por pessoas com deficiência e pessoas com Transtorno do Especto Autista (TEA), diretamente ou por intermédio de seu representante legal; tendo parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pela aprovação (relator: DEP. DUARTE JR.).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54 RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO)

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de produtos educacionais por pessoas com deficiência e pessoas com Transtorno do Especto Autista (TEA), diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando adquiridos por pessoas com deficiência física, visual, auditiva e mental severa ou profunda e pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) moderado ou grave, diretamente ou por intermédio de seu representante legal, os seguintes produtos:

I- unidades de processamento digital classificadas no código 8471.50.10 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI;

II - máquinas automáticas para processamento de dados, digitais, portáteis, de peso inferior a 3,5Kg (três quilos e meio), com tela (écran) de área superior a 140cm² (cento e quarenta centímetros quadrados), classificadas nos códigos 8471.30.12, 8471.30.19 ou 8471.30.90 da Tipi;

III- máquinas automáticas de processamento de dados, apresentadas sob a forma de sistemas, do código 8471.49 da Tipi, contendo exclusivamente 1 (uma) unidade de processamento digital, 1 (uma) unidade de saída por vídeo (monitor), 1 (um) teclado (unidade de entrada), 1 (um) mouse (unidade de entrada), classificados, respectivamente, nos códigos 8471.50.10, 8528.52, 8471.60.52 e 8471.60.53 da Tipi;

IV- teclado (unidade de entrada) e de mouse (unidade de entrada) classificados, respectivamente, nos códigos 8471.60.52 e

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252845953300>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo

Apresentação: 24/03/2025 11:35:06.760 - Mesa

PL n.1188/2025



8471.60.53 da Tipi, quando acompanharem a unidade de processamento digital classificada no código 8471.50.10 da Tipi;

Apresentação: 24/03/2025 11:35:06.760 - Mesa

PL n.1188/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252845953300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo



V - modems, classificados nas posições 8517.62.55, 8517.62.62 ou 8517.62.72 da Tipi; e

VI - máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 cm² e inferior a 600 cm², e que não possuam função de comando remoto (*Tablet PC*) classificadas na subposição 8471.41 da TIPI.

§ 1º Considera-se pessoa com deficiência aquela com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme avaliação biopsicossocial prevista no § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e observados os critérios de que trata o art. 150 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025.

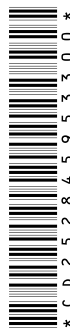
§ 2º Enquanto o Poder Executivo não regulamentar o § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a avaliação para fins de concessão do benefício fiscal poderá ser realizada por clínica credenciada pelo Ministério da Fazenda.

§ 3º As clínicas credenciadas a que se refere § 2º deste artigo são solidariamente responsáveis pelo tributo que deixar de ser recolhido, com os acréscimos legais, caso se comprove a emissão fraudulenta de laudo de avaliação por seus agentes.

§ 4º A isenção será reconhecida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta lei.

Art. 2º A isenção de que trata o art. 1º somente se aplica à aquisição de equipamento novo cujo preço de venda ao consumidor, incluídos os tributos incidentes, não seja superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º A isenção do IPI de que trata o art. 1º desta Lei



somente poderá ser utilizada uma vez por produto, salvo se o³
equipamento tiver sido adquirido há mais de 4 (quatro) anos.

Art. 4º Fica assegurada a manutenção do crédito do
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo às matérias-
primas, aos produtos



intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos nesta lei.

Art. 5º O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais e essenciais para o funcionamento dos produtos de que trata o art. 1º desta lei.

Art. 6º A alienação do produto adquirido nos termos desta lei que ocorrer no período de 4 (quatro) anos, contado da data de sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam as condições e os requisitos estabelecidos para a fruição da isenção, acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado, atualizado na forma prevista na legislação tributária.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita ainda o alienante ao pagamento de multa e juros moratórios previstos na legislação em vigor para a hipótese de fraude ou falta de pagamento do imposto devido.

Art. 7º O Poder Executivo federal regulamentará o disposto nesta lei, em relação, inclusive, a:

I - novas obrigações a serem cumpridas para a fiscalização da utilização adequada do benefício fiscal; e

II – fruição do benefício de que trata esta lei nas aquisições que não forem efetuadas diretamente no fabricante do produto.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em razão do disposto especialmente nas Leis nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, tem-se observado um avanço significativo na inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) e pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambientes sociais. Mudanças na legislação e na terminologia refletem esse progresso, assim como o crescente



número de alunos com deficiência matriculados em escolas regulares. 5

No entanto, a presença desses estudantes em salas de aula ainda causa surpresa, evidenciando que o planejamento pedagógico, a



organização dos espaços e as práticas educacionais nem sempre contemplam a diversidade de formas de acesso ao conhecimento. A orientação educacional frequentemente negligencia estratégias que favoreçam uma inclusão efetiva. Na maioria das escolas o ambiente de ensino não é favorável à integração dessas pessoas ao processo educacional.

É indiscutível que precisamos evoluir, trazendo à tona o diálogo sobre a interação de pessoas com deficiência nas formações educacional e profissional. Esse é um processo continuado, e não alcançaremos uma escola ideal instantaneamente.

É inegável que a sociedade precisa evoluir nesse aspecto, promovendo o diálogo sobre a inclusão de PCDs em nossa vida cotidiana e sobre a adaptação de nossa formação acadêmica e profissional. Essa transformação não acontece de forma instantânea, trata-se de um processo contínuo de aprendizado e adaptação que requer várias ações afirmativas. Nesse contexto que se insere o presente Projeto de Lei. Nosso intuito com a proposta é facilitar o acesso de pessoas com deficiência a equipamentos de informática que auxiliarão sensivelmente o desenvolvimento do aprendizado.

Por essas razões, tendo em vista o enorme avanço que a proposta trará na qualidade de vida de pessoas com deficiência, conto com o apoio de meus ilustres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de março de 2025.

Deputado JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015-07-06;13146
LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 16 DE JANEIRO DE 2025	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:202501-16;214

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº PL 1.188/2025

(Do Sr. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO)

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de produtos educacionais por pessoas com deficiência e pessoas com Transtorno do Especto Autista (TEA), diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

Autor: Deputado JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO

Relator: Deputado DUARTE JR

I – RELATÓRIO

O projeto em análise dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de produtos educacionais por pessoas com deficiência e pessoas com Transtorno do Especto Autista (TEA), diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

A proposição foi distribuída para exame das Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II, Regime de Tramitação: Ordinário (Art. 151, III, RICD)

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do inciso XXIII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), compete a esta Comissão proferir parecer acerca do mérito do Projeto de Lei nº 1.188, de 2025, no que tange aos direitos das pessoas com deficiência.

O Projeto de Lei em apreço propõe a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de equipamentos de informática e tecnologia por pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental severa ou profunda, e pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) moderado ou grave.

Essa medida encontra respaldo direto no princípio da dignidade da pessoa humana, bem como nos fundamentos da inclusão social, da igualdade e no dever do Estado de assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos.

Do ponto de vista prático, a proposta reconhece que o acesso à tecnologia é hoje um requisito essencial para a educação, o trabalho, a comunicação e a vida autônoma. Equipamentos como computadores, notebooks, tablets e seus periféricos são, muitas vezes, indispensáveis para a superação de barreiras impostas pela deficiência.

Ao prever a isenção do IPI para a aquisição de equipamentos de informática e tecnologia por pessoas com deficiência, o projeto contribui diretamente para a redução do custo de vida desse público, promovendo maior autonomia e participação social.

A medida facilita o acesso a tecnologias assistivas fundamentais para a inclusão digital e educacional, além de favorecer a qualificação profissional e o teletrabalho, ampliando oportunidades de empregabilidade. Trata-se, portanto, de um importante instrumento de promoção da igualdade de oportunidades.

Diante de todo o exposto votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.188, de 2025.

Sala da Comissão, em de de 2025.



Deputado **DUARTE JR.** (PSB/MA)

Relator

Apresentação: 13/06/2025 13:47:00.000 - CPD

PRL 1/0

PRL n.1





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 1.188, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.188/2025, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Duarte Jr..

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Duarte Jr. - Presidente, Amom Mandel, Silvia Cristina e Aureo Ribeiro - Vice-Presidentes, Acácio Favacho, Coronel Tadeu, Daniela Reinehr, Dayany Bittencourt, Maria Rosas, Max Lemos, Pedro Campos, Thiago Flores, Weliton Prado, Andreia Siqueira, Clarissa Tércio, Danilo Forte, Erika Kokay, Flávia Moraes, Gilberto Nascimento, Katia Dias, Leo Prates, Rodrigo da Zaeli, Sonize Barbosa e Soraya Santos.

Sala da Comissão, em 17 de junho de 2025.

Deputado DUARTE JR.
Presidente



FIM DO DOCUMENTO